



Índice

- 01** Mulheres indígenas de Roraima fortalecem o movimento através de projeto sustentável
- 02** Povo Pataxó retoma área de assentamento do Incra loteada por fazendeiros
- 03** Centenas acompanham enterro de homens mortos por índios
- 04** Jovens indígenas promovem encontro no Ceará
- 05** Indígenas e professores realizam protesto no Ministério do Trabalho
- 06** Informe 15: Funai articula ações de fiscalização na Terra Indígena Awá
- 07** SPM faz audiências sobre violência contra mulheres indígenas nesta sexta-feira (07)
- 08** População indígena do Juruá recebe 167 casas do governo
- 09** Aldeias indígenas recebem incentivo para plantio
- 10** Tetila avalia que falta pouco para a compra de terras indígenas
- 11** Indígenas criticam apelo de Pedrossian para mudar nome do Parque das Nações
- 12** Senar/MS e Sindicato Rural viabilizam cursos para comunidades indígenas de Amambai
- 13** Nedic participa de planejamento anual das escolas quilombolas de Sergipe
- 14** Relatório sugere inclusão de quilombos no Bolsa Família
- 15** Indígenas peruanos contaminados por exploração de petroleiras



- 16** Comunidade do Ambé terá terras regularizadas
- 17** Exposição retrata a trajetória de Sepé Tiarajú
- 18** Tapioca conquista paladares e entra no cardápio das dietas
- 19** Vozes do Rio Negro: Todos contra PEC 215!
- 20** Comunidades indígenas do Baixo e Médio Rio Negro discutem educação escolar indígena
- 21** Polícia investiga morte de indígena de 70 anos em Amambai
- 22** Polícia é chamada para conter manifestação indígena na SEI
- 23** Força Nacional de Segurança deve deixar a cidade Buerarema ainda hoje
- 24** Índios da etnia Tenharim presos em Porto Velho são transferidos
- 25** SSP aumenta efetivo para atuar em Buerarema
- 26** Funai deflagra hoje ação contra garimpeiros
- 27** Termina nesta sexta (7) prazo para famílias irregulares em terra indígena Awá-Guajá no MA se cadastrarem no Incra
- 28** 7 de fevereiro: Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas
- 29** Nota de Esclarecimento da Reitora da UFAM sobre estudantes Tenharim e Recomendação do MPF
- 30** RJ: Mesa Quilombola aprova mobilização pela regularização da comunidade de Santana
- 31** Figueiró quer respostas do governo sobre conflitos agrários no MS

Mulheres indígenas de Roraima fortalecem o movimento através de projeto sustentável

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.02.2014



CIR – Em 2013, a Secretaria do Movimento de Mulheres Indígenas, instância da Coordenação Geral do Conselho Indígena de Roraima finalizou as atividades do ano, proporcionando as mulheres indígenas resultados positivos, com a execução do Projeto de Aves, em oito etnoregiões do Estado.

O Projeto de Aves foi uma construção coletiva das mulheres indígenas, que apresentaram à Secretaria as suas demandas e necessidades de trabalhar na área da sustentabilidade e gerar a sua própria renda. Uma iniciativa que teve o apoio no valor de quatro mil da Embaixada da Noruega, entidade parceira do CIR, que no ano passado, completou 15 anos prestando apoio às ações em defesa das causas indígenas em Roraima.

Foram beneficiadas as regiões da Serra da Lua, Murupu, Amajari, Serras, Raposa, Taiano, Baixo Cotingo e Surumu, com a quantidade de 350 aves em fase de crescimento para cada região e materiais para construção de um galpão, que serve como abrigo das aves. Uma das regiões que recebeu o projeto foi a região do Murupu, na comunidade indígena Truaru da Serra, local onde ficou centralizado para atender as demais comunidades da região.

A Secretária do Movimento de Mulheres Indígenas, Telma Marques Taurepang, que está à frente da Secretaria a três anos, destaca que o departamento tem o intuito de articular recursos para fortalecer o trabalho das mulheres indígenas na base. Destaca ainda, ter expectativas de que o projeto alcance resultados positivos, de modo que as mulheres e suas famílias sejam beneficiadas.

CONT.



Visita à comunidade indígena do Truaru da Serra – Região do Murupu

Como parte do compromisso na execução do projeto, no último dia 30 de janeiro, a Secretária Telma Marques Taurepang visitou a comunidade Truaru da Serra, na região do Murupú, local onde o projeto foi implantado.

Foram encontrados no local, dois moradores Lucilene da Silva e Zico Alberto, que prestam apoio ao projeto na atividade de criação das aves.

Lucilene da Silva Ângelo, do povo Wapichana, acompanha o projeto desde o início e agora, busca executar o projeto contribuindo diretamente na criação e crescimento das aves. Lucilene desta que, apesar das dificuldades, o projeto veio para melhorar a condição de vida das famílias, nos sentido de realizar um trabalho coletivo e tendo a perspectiva na geração de renda, com a comercialização futuras de aves. Pois, o momento é de criar e cuidar.

Em relação ao movimento e fortalecimento das mulheres indígenas, Lucilene acrescenta que o projeto é importante, pois despertou o envolvimento das mulheres, porém, ainda é necessária maior participação no processo de criação. Além disso, Lucilene diz acreditar que o benefício não será individual e sim de todos da comunidade.

Da mesma forma, que a participação das mulheres nas lutas em defesa da terra demarcada foi importante, e continua sendo, a participação masculina também tem sido significativo, mesmo porque a política do movimento das mulheres está voltada para o bem estar da família, com o envolvimento dos pais e dos filhos, um trabalho que é pensando de forma coletiva. Neste sentido, o jovem Wapichana Zico Alberto da Silva Ângelo, tem se empenhado para prestar apoio na execução do projeto de aves. Segundo ele, não é um trabalho fácil, pois são cuidados constantes e diários que devem ser prestados às aves, ainda mais em fase de crescimento.

Zico informou que desde que o projeto chegou à comunidade, há um mês, foi estabelecido um cronograma com o objetivo de organizar a participação de outros membros da própria comunidade para ajudar na criação. Disse também, que apesar das dificuldades, o projeto em si é uma conquista das mulheres, uma alternativa que veio para fortalecer o trabalho na comunidade. Acrescentou que estará a disposição para continuar ajudando as mulheres e espera que outras formas de criação, como capacitação técnica na área de avicultura, sejam ofertadas e venham contribuir nos resultados positivos do projeto.

Também estiveram na visita, Sinéia Bezerra do Vale, Coordenadora do Departamento Ambiental e Territorial do CIR, Mayra Celina Wapichana, da Assessoria de Comunicação e o cinegrafista indígena Alesson da Silva, da comunidade indígena Raimundão, da região do Taiano.

Perspectivas para 2014

Para esse ano, a Secretaria tem a perspectiva de apoio da Fundação Ford, na realização de atividades como seminários, oficinas e outras iniciativas das mulheres indígenas, buscando fortalecer ainda mais o movimento a nível local, nacional e internacional.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

As mulheres indígenas, que historicamente tiveram participação direta na luta pela terra, sempre dedicadas pelo bem estar da família, educação dos filhos, pela saúde de forma tradicional e coletiva da comunidade, hoje, elas se deparam com novos desafios. O desafio de desenvolvimento e ocupação do território demarcado e homologado, atuando com responsabilidade e compromisso em defesa de suas terras e comunidades indígenas.



Povo Pataxó retoma área de assentamento do Incra loteada por fazendeiros
SÍTIO CIMI, 06.02.2014

Por Renato Santana,
de Brasília (DF)

No local onde os portugueses fincaram os marcos iniciais da colonização, em Prado, sul da Bahia, cerca de 400 Pataxó retomaram, no início desta semana, 30 hectares da Terra Indígena de Comexatiba - Cahy Pequi. A área ocupada, nas proximidades do distrito de Cumuruxatiba, é parte dos 62 lotes situados num assentamento do Incra, instalado dentro dos limites identificados como tradicionais pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

"Ocupamos seis lotes dessa parte do Cahy Pequi. O que acontece é que de uns anos para cá estão forçando os posseiros (clientes da reforma agrária) a vender o que receberam do Incra. Então chegam aqui e compram dois, quatro lotes e montam fazendas. Acontece que a terra é Pataxó", explica o coordenador dos caciques e lideranças da região do Prado, José Bete Pataxó. Segundo a liderança, a área retomada já tinha sido vendida para terceiros e não estava mais em propriedade de posseiros.

A região, distante 280 quilômetros de Porto Seguro, conta agora com a quinta retomada Pataxó. Nesta última ação, participaram indígenas das aldeias Dois Irmãos, Pequi e Burita, todas da Cahy Pequi. "Desde pequenos nós ouvíamos as histórias dos velhos sobre como roubaram nossas terras. Nunca saímos daqui", conta José Bete.

O território reivindicado pelos Pataxó de Cahy Pequi abrange ainda áreas do Parque Nacional do Descobrimento, fato que somado ao assentamento trava o processo demarcatório em desencontros não apenas com o Incra, mas também envolvendo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pelo parque.

"Quando pedimos escolas e posto de saúde, o governo diz que não pode atender porque tem o parque e o relatório de identificação não foi publicado, mesmo já finalizado. Então retomamos nossas terras também para reivindicar educação e saúde, porque a terra é Pataxó", justifica José Bete.

As escolas existentes foram construídas em taipa pelos próprios indígenas. Porém, as estruturas de barro servem também às consultas médicas e odontológicas de profissionais que se deslocam de Itamaraju, município a 72 quilômetros de Prado, para periodicamente atender a comunidade.

Depois da retomada, integrantes da Funai ainda não apareceram no local. Reflexo de tal ausência é o reclame que os Pataxós fazem por um posto do órgão indigenista em Prado. Todavia, a reivindicação será encaminhada por carta à presidenta interina da Funai, Maria Augusta Assirati.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

Prado abriga sete aldeias urbanas, além de outras sete na área rural, organizando uma sociedade de ao menos 6 mil Pataxó.

Ameaças e reintegração de posse

Depois que os Pataxó começaram a retomar o território tradicional, uma onda de ameaças passou a deixar as lideranças em alerta. Com a ação desta semana, pistoleiros rondam diuturnamente a área recuperada pelos indígenas. "Temos medo, mas não vamos recuar. Claro que tomamos mais cuidados, o que não significa deixar a luta. O que a gente espera é que o governo faça a demarcação, porque aí sim estaremos protegidos", defende José Bete.

Outra questão discutida pelos Pataxó é uma reintegração de posse, determinada pela Justiça, na fazenda Santa Luz, situada dentro da Cahy Pequi e retomada pelos indígenas da aldeia Burita. "Mantemos uma escola com 62 estudantes. Se a reintegração ocorrer, o que será deles e da comunidade?", questiona a liderança firme na ideia de resistir.



Centenas acompanham enterro de homens mortos por índios

SÍTIO A TARDE, 06.02.2014

Sob um clima de tristeza e pedidos de paz e justiça, foram enterrados nesta quinta-feira, 6, os corpos dos três homens encontrados mortos na Terra Indígena Tenharim Marmelos, em Humaitá, no sul do Amazonas. Cinco índios da etnia tenharim estão presos desde o dia 30 de janeiro, acusados do crime.

O corpo do representante comercial Luciano Ferreira Freire, de 30 anos, foi enterrado no cemitério municipal de Humaitá. Depois do velório, realizado na casa da mãe de Luciano, cerca de 300 pessoas, segundo a Polícia Militar, seguiu em cortejo para o cemitério. Amigos e parentes de Freire usavam camisetas com as fotos dos três amigos e com frases pedindo justiça.

Em Apuí, as aulas foram suspensas em algumas escolas da cidade, para professores e estudantes acompanharem o velório e enterro do professor Stef Pinheiro de Souza, de 43 anos. Familiares e amigos do professor, que morava e lecionava na cidade, vestiram camisetas brancas com frases pedindo paz no campo. Além disso, faixas brancas foram fixadas em carros e diversas faixas apresentavam frases em homenagem ao professor. Cerca de 500 pessoas, segundo a Polícia Militar, acompanharam o enterro no cemitério municipal de Apuí.

O corpo do técnico da Eletrobras Energia Aldeney Ribeiro Salvador, de 40 anos, chegou a Manaus por volta das 18 horas (horário local) dessa quarta, 5. A cerimônia também foi acompanhada por centenas de pessoas.

Crime

Os corpos foram reconhecidos por familiares, na terça-feira, 3. De acordo com a Polícia Federal, eles foram rendidos e mortos com tiros na cabeça, provavelmente de espingarda. As vítimas viajavam pela rodovia Transamazônica quando desapareceram, no dia 16 de dezembro. De acordo com o delegado da PF em Porto Velho, Arcelino Damasceno, os suspeitos negam a autoria do crime.

A polícia ainda aguarda resultados de exames técnicos, que vão indicar a causa da morte, o tipo de arma ou munição empregado, a trajetória dos projéteis e as lesões. O crime seria consequência das disputas entre indígenas e moradores da região.

O desaparecimento dos três homens e a demora na investigação geraram revolta na população dos municípios de Humaitá, Apuí e no distrito de Santo Antônio do Matupi, em Manicoré. Em 25 de dezembro, moradores incendiaram carros, barcos e as sedes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Casa do Indígena em Humaitá. Durante os ataques, 145 índios se refugiaram no batalhão do Exército. No dia seguinte, moradores do Matupi invadiram a terra indígena e incendiaram postos de pedágio na rodovia Transamazônica.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

A Força Nacional de Segurança foi deslocada para a região para compor uma força-tarefa com o Exército, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e PMs locais. O clima continua tenso na região. "Para quem sai de Apuí, esta é a única rota, mas dá medo", disse o técnico agrícola Paulo Jean Araújo Silva.



Jovens indígenas promovem encontro no Ceará

SÍTIO PORTAL BRASIL, 06.02.2014

Evento começa sexta-feira (7) e vai até domingo (9), na Terra Indígena do Povo Pitaguary, Aldeia Monguba, em Pacatuba (Ceará)

Será realizado a partir de sexta-feira (7) e vai até domingo (9), na Terra Indígena do Povo Pitaguary, Aldeia Monguba, em Pacatuba (Ceará) o I Encontro da Juventude Indígena do Ceará: Pela garantia dos Direitos dos Povos Indígenas.

O evento tem o objetivo de promover a troca de experiências , além de mobilizar e conscientizar os jovens sobre a sua importância no movimento indígena, abordando as demandas relacionadas à juventude.

A realização é da Comissão Organizadora do I Encontro Estadual da Juventude Indígena com o apoio da Secretaria-Geral da Presidência da República e Funai, além de organizações da sociedade civil.

“Desafios atuais do movimento indígena e da juventude” é o tema da primeiro debate, no dia 7, às 14h30, e que conta com a participação de Thiago Garcia, antropólogo e assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República, Renato Tupiniquim, da APOINME/ Comissão Nacional de Juventude Indígena e de Dinamam Tuxá, integrante do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve).

Estão previstos ainda o debate dos temas em cinco grupos de trabalho sobre saúde, educação diferenciada na visão do jovem indígena, terra e território, esporte e cultura e gênero e juventude. Ao final do encontro será eleita a comissão de juventude indígena do Ceará.

Para debater problemas das comunidades nativas do Ceará, os integrantes da juventude indígena perceberam que é necessário fortalecer, mobilizar e articular as organizações dos povos Indígenas.

O projeto ganhou força durante o II Seminário Nacional de Juventude Indígena, realizado entre os dias 26 e 30 de novembro de 2013, em Brasília/DF. O evento contou com a participação de cerca de 100 jovens, representando 44 povos indígenas de todo o Brasil.

Diante da questão de garantia dos direitos indígenas, a juventude busca fortalecer a formação, o debate e a organização para contribuir com o movimento indígena.

Atualmente, o estado do Ceará abriga 14 povos reconhecidos pela FUNAI: Anacé, Tremembé, Jenipapo-Kanindé, Kanindé, Tapeba, Tabajara, Potyguara, Kalabaça, Pitaguary, Gavião, Kariri, Tapuya-Kariri, Tupinambá e Tupiba-Tapuia, distribuídos por 19 municípios, representando uma

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

população de aproximadamente 22 mil indígenas.

Serviço

I Encontro da Juventude Indígena do Ceará
7 a 9 de fevereiro de 2014
Pacatuba/ Ceará

Fonte:
Secretaria-Geral da Presidência da República



Indígenas e professores realizam protesto no Ministério do Trabalho

SÍTIO G1, 06.02.2014

*Eles pedem renovação do contrato de professores temporários.
Contratação de novos servidores prejudicaria ensino, diz Sintepp.*

Representantes de 19 aldeias indígenas e professores temporários da região oeste do Pará realizaram uma manifestação no Ministério do Trabalho em Santarém, nesta quinta-feira (6). Eles querem a renovação do contrato dos professores que já estão com o contrato vencendo. De acordo com os professores, após reunião, o Ministério do Trabalho deu parecer favorável para que os professores permaneçam no cargo até julho de 2017.

De acordo com os manifestantes, 39 professores da rede estadual de ensino são distribuídos em 19 aldeias, localizadas nos municípios de Santarém, Aveiro, Novo Progresso, Oriximiná, Belterra e Jacareacanga. Deste total, 31 professores são temporários e o contrato está finalizando.

Segundo o coordenador do Ensino Médio Modular Indígena, Gedeão Monteiro, os representantes das aldeias indígenas e os professores pretendem fazer uma documentação pedindo a permanência dos servidores e a realização de um concurso público. "Eles pretendem fazer uma documentação e protocolar no Ministério Público, pedindo a permanência dos professores temporários e ao mesmo tempo pedindo a realização de um concurso público para as comunidades indígenas, para a educação escolar indígena".

Monteiro ainda explicou que os índios pedem a permanência dos professores e estão preocupados com a interrupção das aulas. "As lideranças estão reunidas por conta dessa saída dos professores, então a preocupação é que possa estar interrompendo as aulas. Nós pretendíamos começar o ano letivo nas aldeias nessa semana; se resolvermos essa situação pretendemos começar no dia 18. Eles [índios] estão pedindo que os professores permaneçam ainda no contrato por conta desse convívio com as comunidades", explicou.

Para o estudante Rosinaldo dos Santos, da aldeia Murutuba/Tapajós, a falta de professores nas aldeias compromete principalmente o aprendizado dos alunos que estão no Ensino Médio. "A preocupação é muito grande, mesmo a gente não estando hoje diretamente na aldeia, a gente já está na Ufopa estudando, mas nós nos preocupamos com os nossos irmãos, nossos colegas que ficaram lá na aldeia estudando, porque eles vão ter muita perda e principalmente quem está cursando o 3º ano, se preparando para cursar uma universidade e nós estamos dando esse apoio para essa classe de trabalhadores que são os professores do ensino modular", ressaltou o estudante.

"O trabalho deles foi feito muito legal, então eu gostaria que os professores continuassem dando aula para as nossas crianças, nossos filhos, nossos parentes dentro da nossa aldeia", reivindicou o cacique Wai Wai, Eraldo Yamoti.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

De acordo com o coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Pará (Sintepp), Alex Ruffeir, o desligamento dos professores atuais e a contratação de novos servidores vai gerar um transtorno no ensino dos indígenas. "A proposta do Estado hoje é desligar esses professores e fazer novos contratos com novos servidores, mas isso vai gerar um transtorno porque até esses novos professores se adequarem nas aldeias, se adequarem a modalidade de ensino, isso leva um tempo".

Ainda segundo Ruffeir, uma ação civil pública deve ser movida contra o governo do estado. "A posição do Sintepp é que isso mostra descompromisso do estado com a educação, a partir do momento que ele faz o desligamento dos trabalhadores, ele está descumprindo um dos princípios básicos da constituição que é o direito à educação. A posição do Sintepp é levar a uma ação civil pública no Ministério Público, denunciando o governo do estado que não garantirá o ano letivo desses estudantes com esses desligamentos. Vamos levar essa ação até o final para garantir o direito do servidor e principalmente dos nossos estudantes das nossas aldeias".



Informe 15: Funai articula ações de fiscalização na Terra Indígena Awá
SÍTIO ECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 06.02.2014

Nesta quarta-feira (05), coordenadores das equipes da Fundação Nacional do Índio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e Exército Brasileiro que atuam na Operação desintrusão da Terra Indígena Awá discutiram a elaboração de uma agenda conjunta de proteção territorial da área. As equipes se reuniram na base operacional da Reserva Biológica (Rebio) Gurupi, limítrofe com a Terra Indígena.

As equipes iniciaram o planejamento de ações conjuntas a partir de abril, período previsto para a finalização do processo de desintrusão. Essa articulação é uma medida que consta no eixo de vigilância pós Operação. O ICMbio continuará realizando ações de campo com o apoio do Batalhão da Polícia Militar do Maranhão para monitorar um possível deslocamento de ocupantes da TI Awá para a Rebio. Em relação as ações conjuntas, deverá ser feita a sistematização de ocorrências ambientais Rebio e TI Awá. A reunião foi importante pois inicia uma agenda estratégica para a proteção das áreas.

A Operação é formada por uma equipe interministerial, coordenada pela Funai, Secretaria-Geral da Presidência da República, e composta pelo Ministério da Defesa (Exército e Força Aérea Brasileira), Polícias Federal e Rodoviária Federal, Força Nacional, ICMBio, Ibama, Gabinete de Segurança Institucional – ABIN, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incra e INSS.

Fonte: Funai



SPM faz audiências sobre violência contra mulheres indígenas nesta sexta-feira (07)
SÍTIO SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES, 07.02.2014

No Mato Grosso do Sul, capital e município de Dourados, SPM busca dados e informações sobre contexto de violência contra meninas e mulheres com objetivo de articular políticas públicas por meio do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

A situação das mulheres indígenas do Mato Grosso do Sul e as políticas de enfrentamento à violência de gênero serão discutidas entre governos federal, estadual e municipais de Campo Grande e Dourados, nesta sexta-feira (07/02). A agenda da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) inclui reuniões com autoridades locais para apurar violações de direitos humanos de meninas e mulheres indígenas.

Pela manhã, a secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da SPM, Aparecida Gonçalves, se reunirá com a subsecretária da Mulher de Dourados, Bárbara Nicodemos, para uma verificação da realidade de meninas e mulheres nas aldeias, com atenção ao contexto de violência existente nos territórios indígenas.

No período da tarde, na capital sul-matogrossense, a secretária da SPM terá audiência com a coordenadora regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Ana Beatriz Lisboa. O encontro tem como levantar informações sobre as práticas de violência a que as indígenas são submetidas e as necessidades de políticas públicas de atenção e acolhimento a meninas e mulheres, que poderão ser acionadas via Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Em seguida, Gonçalves será recebida pelo prefeito de Campo Grande Alcides Bernal (PP-MS) e a secretária de Políticas para as Mulheres de Campo Grande, Jacqueline Hildebrando Romero. Na audiência, a secretária nacional tem a expectativa de estreitar as parcerias entre o governo federal e a prefeitura de Campo Grande por meio do programa 'Mulher, Viver sem Violência', com destaque para a Casa da Mulher Brasileira que será construída na capital.

Comunicação Social

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM
Presidência da República – PR



População indígena do Juruá recebe 167 casas do governo

SÍTIO PÁGINA 20, 06.02.2014

Os povos indígenas da Terra Indígena Campinas/Katuquina pararam para um momento especial. O governador Tião Viana entregou na manhã de quarta-feira, 5, 167 casas que serão a nova moradia de centenas de famílias indígenas das aldeias de Cruzeiro do Sul e Tarauacá. As habitações foram construídas por meio do Programa Nacional de Habitação Rural do governo federal (PNHR) em parceria com a Caixa Econômica, num investimento de R\$ 5,3 milhões.

“Esse é um momento de encontro pela qualidade de vida. Nós colocamos a identidade e a cultura indígena nessas casas, preservando seus valores. Estamos fazendo um esforço muito grande, mas queremos resultados também. Temos novos desafios, principalmente na produção e segurança alimentar, mas estamos de mãos dadas”, disse Tião Viana.

Na primeira etapa do programa, foram contemplados os índios das aldeias Kamanawa-Campinas (33); Waninawa (13); Varinawa (27); Samaúma (30); Masheya (11); Bananeira (13) e Pinuya, em Tarauacá, (40 casas). A segunda etapa, que já está em contratação, planeja 400 habitações indígenas em Feijó. As casas foram entregues sem custo para os índios.

As habitações vão mudar a vida de muita gente, como a indígena Rita Rosa Katuquina, que perdeu o marido e cuida de seis crianças. “Ah, é linda demais, boa demais. Eu nunca imaginei que ia receber uma casa dessas. Estou muito feliz pelo governo ter feito isso pela gente”, comemorou. A casa tem 68 metros quadrados, com banheiro, área frontal e lateral, feita em madeira, com base de concreto.

O secretário de Habitação de Interesse Social, Rostenio Sousa, comemorou o resultado do projeto criado a partir do programa Minha Casa, Minha Vida e agradeceu o apoio da presidenta Dilma Rousseff. “Após 10 meses de trabalho intenso estamos aqui, concluindo a realização desse sonho. Um sonho dos povos indígenas de uma habitação digna, confortável e que ainda respeita sua cultura”, reforça o secretário.

Valorização dos povos

Além das casas, o governo realiza um investimento de R\$ 35 milhões para o fortalecimento dos povos indígenas. Como o Água para Todos, do Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento (Depasa), a criação de uma indústria de polpa de fruta para a produção indígena, gestão territorial e manejo comunitário pela Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof), o trabalho de impacto das estradas feito pelo Departamento de Estradas e Rodagens do Acre (Deracre), entre muitos outros projetos.

Para o assessor especial dos povos indígenas, Zezinho Kaxinawa, o momento é de fortalecimento e união. “Estamos tendo muitos investimentos nessa gestão do governador Tião Viana, acompanhado algo que começou no governo do Jorge Viana, porque antes de 2000, ninguém parecia olhar pros índios”, conta o assessor.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

Para o cacique da aldeia, Fernando Katuquina, não há palavras para explicar o sentimento de agradecimento: "Eu tenho toda a gratidão a todos que conseguiram isso pra nós. Nunca pensei que iríamos realizar esse sonho. Agora vamos zelar e cuidar de nossas casas. Somos índios, queremos uma vida melhor. Por séculos nunca olharam pra gente. Mas isso agora tem mudado".

Samuel Bryan



Aldeias indígenas recebem incentivo para plantio

SÍTIO DOURADOS INFORMA, 07.02.2014

Famílias indígenas de Jaguapiru e Bororó foram beneficiadas com o preparo do solo custeado por Usina da região

A Usina Fátima do Sul Agroenergética S/A - Açúcar e Alcool destinou R\$ 25 mil reais para o preparo de solo nas aldeias de Jaguapiru e Bororó, como resultado de acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho (MPT) para implementação de ações socioassistenciais.

Em junho de 2012, a Usina Fátima do Sul Agroenergética firmou no Ministério Público do Trabalho de Dourados, o Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Por meio do acordo, a empresa se comprometeu a implementar ações do Plano de Assistência Social (PAS), além de regularizar a jornada de trabalho, intervalos, descanso semanal e condições de segurança e saúde no trabalho.

A Usina Fátima do Sul Agroenergética S/A ainda estava em fase de instalação na época em que foram propostas ações na Justiça do Trabalho para obrigar a implementação do PAS. A empresa, desde que começou as atividades de moagem, em julho de 2011, iniciou também negociações com o MPT para implementar o plano.

Em janeiro deste ano a empresa Fátima do Sul Agroenergética depositou o valor de R\$ 25 mil, referente aos serviços de preparo de solo nas aldeias Jaguapiru e Bororó, no município de Dourados. A destinação dos recursos em benefício da comunidade indígena foi iniciativa da usina, conforme informações do MPT em Dourados.

Segundo a Coordenadoria Especial de Assuntos Indígenas, responsável pelo acompanhamento da execução do serviço de preparo do solo, foram distribuídos 277 hectares para 1.100 indígenas, nos quais já foram cultivados alimentos como milho e mandioca para o consumo pessoal das famílias. Atualmente vivem aproximadamente 13 mil indígenas distribuídos nas duas aldeias.

A Coordenadoria Especial de Assuntos Indígenas em Dourados foi inaugurada em julho de 2013 com o objetivo de desenvolver estratégias para melhorar a qualidade do acesso a serviços como saúde e educação. A Coordenadoria foi instalada na Aldeia Jaguapiru após a criação de 11 cargos destinados apenas a indígenas especializados nas áreas de saúde, serviços urbanos e educação, responsáveis por administrar junto à prefeitura municipal ações para a comunidade.



Tetila avalia que falta pouco para a compra de terras indígenas

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 06.02.2014

O deputado estadual Laerte Tetila, vice-líder do PT, destacou que o processo de pacificação no campo e a negociação entre o governo federal, produtores rurais e indígenas avançaram nas últimas semanas com a apresentação de propostas e contrapropostas sobre o valor final para a compra de terras e indenização sobre benfeitorias. Na opinião do parlamentar, o bom senso vai ser determinante para os grupos definirem o valor para a aquisição das áreas reivindicadas pelas famílias indígenas.

“O governo federal já ofereceu R\$ 78 milhões pelas 31 propriedades e os produtores pediram R\$ 97,5 milhões. A diferença é cada vez menor e os dois lados devem encontrar consenso na próxima rodada de negociações. Resolvida essa questão na região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, outras áreas deverão entrar no mesmo processo para que as famílias possam voltar para a terra indígena do Buriti”, ressaltou o petista.

Tetila avalia que a compra das terras deverá ser realizada mediante destinação de recursos do Fepati (Fundo Estadual Para Aquisição de Terras Indígenas), proposto por ele e aprovado pela Assembleia Legislativa. Cerca de R\$ 200 milhões foram empenhados pelo governo federal e o montante deverá ser utilizado para a negociação de áreas, especialmente na região centro-sul do Estado. “São regiões onde os conflitos ente indígenas e proprietários rurais se estendem há décadas. Na Justiça existem verdadeiras batalhas judiciais em tramitação há 30 anos. Os dois lados tem plenitude de direito, então é necessário negociar o valor de indenização, um grande investimento que vai promover a paz no campo e a retomada do crescimento da produção no Mato Grosso do Sul”, comparou o deputado.

Tetila analisou que com o processo de pacificação no campo concluído, o PIB (Produto Interno Bruto) de Mato Grosso do Sul deverá aumentar em R\$ 5 bilhões nos próximos quatro anos. “Somente com a sinalização da aquisição das terras, os outros produtores já viram a possibilidade de terem segurança jurídica e iniciaram os investimentos para cuidados com o solo e preparação para uma nova safra. Uma vez instaurada a paz no campo, vamos ter uma nova fase na economia e no agronegócio do Estado”, concluiu o deputado.

Indígenas criticam apelo de Pedrossian para mudar nome do Parque das Nações

SÍTIO BURITI NEWS/MS, 06.02.2014



Lideranças indígenas criticaram o vídeo publicado pelo filho do Pedro Pedrossian em que o ex-governador faz apelo aos deputados para mudar o nome do Parque das Nações Indígenas para homenagear a mulher, Maria Pedrossian.

O vídeo foi compartilhado ontem (5) no Facebook pelo ex- deputado federal Pedro Pedrossian Filho. A revolta veio após indígenas ocuparem terras do ex-governador. Pedrossian diz que foi traído pela população indígena e solicita o apoio da Assembleia Legislativa para trocar o nome do Parque. Pedro Pedrossian Filho chama os índios de "último tentáculo daqueles assassinos da reputação do PT".

Para Dionedson Cândido, membro do conselho estadual do povo terena e educador popular, Pedrossian está querendo desrespeitar os indígenas para fragilizar os movimentos sociais. Sobre a "traição" citada pelo ex-governador, Dionedson pensa o oposto. "Nós que fomos traídos por ele, quando ele estava no poder. Ele não colaborou nem tentou solucionar o problema de demarcação de terras", disse.

A pena que Pedrossian diz sentir dos produtores rurais também é contestada por Dionedson. "Ele diz sentir pena dos fazendeiros, mas é culpa é dele também por estar acontecendo os conflitos. Porque ele não pensou isso quando era governador?", indagou.

O educador popular vê a situação como crítica. "Se os deputados aprovarem é preocupante.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

Mostrará que eles fazem o que querem. Daqui a pouco vão mudar os nomes das ruas, colocar nomes de políticos, coronéis, ditadores”, diz o indígena, que vê preconceito na atitude do ex-governador.

“Fica claro que ainda há preconceito da sociedade com os indígenas, nós vivenciamos e presenciamos isto diariamente. E ainda dizem que vivemos em um país democrático. A ditadura continua invisível”, analisa.

O cacique Nito, uma das lideranças da aldeia urbana Água Bonita, de Campo Grande, considerou a “idéia” do ex-governador um absurdo. “Isso é muito sério, é um desrespeito total à população indígena”, frisou.

Mais?

Maria Aparecida Pedrossian já dá nome a um Hospital Universitário e a um bairro. A mãe do ex-governador Pedro Pedrossian também já foi homenageada. Rosa Pedrossian dá nome ao Hospital Regional, um dos mais importantes de Mato Grosso do Sul. E o próprio Pedro Pedrossian dá nome ao Estádio Moreirão, o maior do Estado.



Senar/MS e Sindicato Rural viabilizam cursos para comunidades indígenas de Amambai

SÍTIO SENAR/MS, 06.02.2014

O Sindicato Rural de Amambai em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/MS - Sistema Famasul), anunciou nesta quinta-feira (06) a realização de cursos voltados para as aldeias do município. O comunicado foi realizado durante reunião na sede do Sindicato, que contou com a participação do Senar, CRAS e lideranças indígenas das aldeias, Amambai e Limão Verde.

De acordo com a supervisora do Senar do Conesul, Verônica Guglielmi, os cursos que serão ministrados nas comunidades indígenas integram o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) do Senar/MS, que tem parceria com o Sindicato Rural de Amambai na oferta de cursos gratuitos profissionalizantes. O estudante do Pronatec recebe ainda um auxílio para alimentação e deslocamento no valor de R\$ 2,00 a hora/aula.

"A ideia é integrar e profissionalizar os indígenas para que eles tenham maior rentabilidade e produtividade dentro de sua atividade rural, para que assim consigam inserir os seus produtos no mercado", explica a supervisora.

O primeiro curso, que terá início no dia 25 de março e segue até o dia 30 de maio, tratará sobre a produção de mandioca. De acordo com Verônica, a capacitação pretende tornar os participantes profissionais na produção de mandioca, levando em consideração as normas sanitárias, de higiene, saúde e de preservação ambiental. "Eles vão aprender desde a parte do plantio, abordando técnicas de identificação de pragas, formas de melhorar e aumentar a produção, até a comercialização do produto", avalia.

O presidente do Sindicato rural de Amambai, Diogo Peixoto, destacou que além dos cursos que serão ministrados nas aldeias, a entidade, em parceria com o Senar, também oferece diversos cursos gratuitos. "A comunidade indígena também pode participar destes cursos, a cada mês estamos divulgando as capacitações e as vagas. Estes cursos são muito importantes, pois além de profissionalizar o participante, aumenta as chances de sua inserção no mercado de trabalho, que hoje sofre com a escassez da mão-de-obra qualificada.", comentou.

A supervisora acrescenta que a parceria do Sindicato Rural tem sido muito importante para a realização das qualificações. "O apoio do sindicato é um diferencial para nós, pois eles conhecem bem a área rural e nos auxilia muito com relação às necessidades de cada localidade e produção", avaliou Verônica.

Participaram também da reunião, o mobilizador dos cursos do SRA, Olguimar Andrade, a secretária municipal de Assistência Social, Eronilde Silveira dos Santos, coordenador do CRAS, Antônio Franco, a interlocutora do Pronatec (CRAS), Luciana Buhning, o capitão da Aldeia Amambai, Italiano Vasquez e a liderança indígena da Aldeia Limão Verde, Antonio Lima, representando o capitão Nelson Castelan.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

Parceria com o CRAS - O Centro de Referência de Assistência Social de Amambai também irá contribuir com a oferta dos cursos. O CRAS será responsável pela realização de inscrições, verificação de documentos para que os alunos possam receber os benefícios.

Definições de turmas e horários - Durante a reunião ficou definido que as equipes do CRAS, Senar e Sindicato irão visitar as Aldeias, Limão Verde e Amambai, no sábado e domingo, respectivamente, para que junto à comunidade possam ser definidas as turmas, horários e locais para a realização dos cursos Pronatec.

Fonte: Assessoria de Imprensa do Sindicato Rural de Amambai



Nedic participa de planejamento anual das escolas quilombolas de Sergipe

SÍTIO CLICK SERGIPE, 06.02.2014

Objetivo é levar à comunidade escolar e local a oportunidade de efetivar um trabalho de respeito às especificidades de cada comunidade, fortalecendo um trabalho pedagógico com compromisso com a diversidade étnico-racial.

O Núcleo de Educação da Diversidade e da Cidadania (Nedic) da Secretaria de Estado da Educação (Seed) está participando do planejamento anual de todas as cinco unidades de ensino quilombolas da rede estadual, com o objetivo de levar à comunidade escolar e local a oportunidade de efetivar um trabalho de respeito às especificidades de cada comunidade, fortalecendo um trabalho pedagógico com compromisso com a diversidade étnico-racial.

Uma das escolas que já recebeu a visita dos técnicos do Nedic foi a Quilombola Otávio Bezerra, localizada na Comunidade Ladeiras, município de Japoatã. A reunião foi na última quarta-feira, 5.

De acordo com a coordenadora estadual do Núcleo de Educação da Diversidade e Cidadania, professora Conceição Mascarenhas, a Escola Estadual Otávio Bezerra vem realizando um trabalho coletivo e diferenciado, pautado nas questões étnico-raciais. "Trata-se de um trabalho que oportuniza a todos a repensar a escola enquanto instituição pertencente a uma comunidade tradicional quilombola, como um espaço capaz de refletir e socializar questões sobre a diversidade étnica", afirmou.

Atualmente o Nedic atende às seguintes escolas quilombolas da rede estadual: Escola Estadual Quilombola Mussuca (Comunidade Quilombola Mussuca/Laranjeiras), Escola Estadual Quilombola Otávio Bezerra (Comunidade Ladeiras/Japoatã), Colégio Estadual Quilombola 27 de Maio (Comunidade Mocambo/Porto da Folha), Escola Estadual Quilombola Gilberto Amado (Comunidade Porto D'Areia/Estância) e Colégio Estadual Quilombola Amélia Maria Lima machado (Comunidade Brejão/Brejo Grande).

Trabalho pedagógico

O coordenador estadual da Educação Escolar Quilombola, professor Edson Aragão, fez uma abordagem do trabalho pedagógico que vem sendo realizado pela Seed nas escolas quilombolas da rede estadual em Sergipe. "É necessário instrumentalizar a equipe gestora e os professores sobre os fundamentos da Educação Escolar Quilombola, a fim de que se possa construir nas escolas projetos pedagógicos que dêem a essas instituições a sua identidade como quilombola, possibilitando a construção da identidade afro-brasileira e enfatizando o respeito e a valorização à diversidade étnico cultural", disse.

Ainda de acordo com a coordenadora Conceição Mascarenhas, a Proposta de Educação Escolar Quilombola deve ser absorvida no processo educativo, com práticas que dêem sentido aos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

conteúdos, à aprendizagem e ao conhecimento, contemplando as especificidades das comunidades locais e valorizando a história do seu povo.



Relatório sugere inclusão de quilombos no Bolsa Família

SÍTIO PORTAL BRASIL, 06.02.2014

Comunidades tradicionais do norte de Minas Gerais estão com produção agrária comprometida por conta de delimitação da área

A reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) para debater o caso das comunidades Quilombolas da Lapinha, Pau de Légua, Quilombo da Praia e Pau Preto, (no norte de Minas Gerais), foi realizada na última quarta-feira (5). A região quilombola foi delimitada por fazendeiros e por parques estaduais, comprometendo assim a produção agrária e consequentemente a alimentação da comunidade.

Após uma visita ao local, integrantes da Comissão Especial Direito Humano à Alimentação Adequada, produziram um relatório que subsidiou o debate entre diversos órgãos do governo federal.

Um dos encaminhamentos emergenciais da reunião foi a inscrição das comunidades quilombolas no programa do governo federal, Bolsa Família. A discussão sobre a demarcação de terras ainda está em andamento, com a participação de diversos órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Representantes das comunidades quilombolas também destacaram o comportamento truculento e desrespeitoso de agentes ambientais, dos parques que cercam a comunidade.

As comunidades são chamadas de Vazanteiros porque tem sua vida associada aos ciclos de enchentes, cheia, vazante e seca do rio São Francisco. Participam da reunião, representantes das prefeituras locais, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundação Palmares, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério das Cidades, dentre outros.

Fonte:

Secretaria de Desenvolvimento Humano

Indígenas peruanos contaminados por exploração de petroleiras

SÍTIO ADITAL, 06.02.2014



Há 43 anos, as comunidades indígenas que moram nas proximidades das bacias dos rios Pastaza, Corrientes, Tigre e Marañón, no distrito de Andoas, Loreto, no Peru, enfrentam uma realidade de total descaso, pois são obrigadas a conviver com os efeitos devastadores da exploração petrolífera praticada pela Occidental Petroleum Corporation of Perú (Oxy) e pela argentina Pluspetrol. Apesar dos apelos feitos a diversas

instâncias governamentais e da contínua luta por reparação, os indígenas Achuar, Quechua, Kichwa e Urarina estão vendo seus filhos adoecerem e a região em que vivem ser totalmente contaminada sem que nada seja feito.

Três (Pastaza, Corrientes e Tigre) das quatro bacias já foram declaradas em estado de emergência ambiental. É visível a quantidade de petróleo cru nas águas, que também estão contaminadas por metais pesados e hidrocarburetos totais de petróleo (TPH). Essa situação já foi confirmada por organismos estatais, como a Autoridade Nacional da Água (ANA), o Organismo de Avaliação e Fiscalização Ambiental (Oefa) e a Direção Geral de Saúde Ambiental (Digesa). Além disso, informes foram publicados confirmando a elevada situação de risco a que os indígenas estão expostos, pois eles se banham com a água contaminada e consomem os poucos peixes que conseguem pescar. Os danos à saúde provocados são de pele, no sangue, nos rins e fígado. Os compostos também podem provocar câncer e levar à morte.

Uma das provas de que nada está sendo feito para reparar os danos às comunidades é que, em novembro de 2013, a Oefa multou a Pluspetrol, que explora a região desde o ano 2000, em mais de 20 milhões de nuevos soles por haver contaminado e feito desaparecer a lagoa Shanshococho. A empresa também deveria gerar medidas corretivas, como providenciar uma nova lagoa ou água de qualidade para a população, mas, até agora, nada foi concretizado. Da mesma forma, a Oxy já fez diversas promessas de reparação que nunca saíram do papel.

Mais uma vez, na tentativa de serem ouvidas, as comunidades indígenas locais se uniram em torno da campanha (<http://consultape.com/>) que reivindica a realização de uma consulta prévia no país. A campanha quer contribuir com análises e debate técnico para assim se chegar à realização de uma consulta prévia. No vídeo, publicado nesta quarta-feira, 05 de fevereiro, é possível ter noção da situação no local.

No próximo ano vence a concessão que a Pluspetrol tem sobre a região. Diante disso, a população indígena e suas organizações estão mobilizadas para exigir cinco demandas mínimas além da consulta prévia. São elas: indenização por danos sociais e ambientais

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

produzidos; compensação pelo uso de suas terras; remediação de passivos ambientais; elaboração de diagnósticos integrais para solucionar a problemática da zona; e a titulação de suas terras. Além do que exigem que o Estado cumpra com as medidas imediatas do Plano de Declaração de Emergência, que consiste na doação de alimentos e água tratada.



Comunidade do Ambé terá terras regularizadas

SÍTIO BRASIL 247, 07.02.2014

Em três anos a comunidade quilombola do Ambé terá as terras regularizadas; A decisão da Justiça Federal, resultado de ação do MPF/AP, obriga o Incra a concluir o processo de regularização sob pena de multa de R\$100 mil por mês; Pela decisão, João Melo Picanço, que se intitula possuidor da área, está impedido de promover qualquer trabalho ou benfeitoria até a regularização fundiária, pois as terras pertencem à União

Amapá 247 - A comunidade quilombola do Ambé terá as terras regularizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no prazo de três anos. Esse é o tempo necessário para identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular a área ocupada pela comunidade. A decisão da Justiça Federal obriga o Incra a concluir o processo de regularização sob pena de multa de R\$100 mil por mês. A ordem é resultado de ação movida pelo Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) em benefício da comunidade.

Pela decisão, João Melo Picanço, que se intitula possuidor da área, está impedido de promover qualquer trabalho ou benfeitoria até a regularização fundiária, pois as terras pertencem à União. A licença de ocupação que ele possui lhe confere apenas preferência pela aquisição do lote. O documento, no entanto, pode ser cancelado, dentre outros motivos, quando houver necessidade ou utilidade pública.

Para o MPF/AP, a regularização da área pelo Incra vai assegurar o direito dos remanescentes de quilombo à propriedade das terras por eles ocupadas, conforme prevê a Constituição Federal de 1988.

Comunidade do Ambé – Pouco mais de 30 famílias residem na Comunidade do Ambé, de acordo com dados da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Amapá (Conaq). Distante cerca de 80km da capital, Macapá, a região ocupa área aproximada de 12.500 hectares – um dos maiores territórios quilombolas do estado.



Exposição retrata a trajetória de Sepé Tiarajú

SÍTIO A RAZÃO, 07.02.2014

História – Mostra pode ser visitada até o final do mês

Depois de atrair centenas de pessoas em fevereiro de 2013, a exposição que retrata a trajetória de vida de Sepé Tiarajú retorna ao Museu Municipal.

A história de um dos personagens mais ilustres do Estado está exposta em banners e pode ser visitada de terça à sexta-feira das 9h às 12h e aos sábados, das 16h às 19h. Quem comparecer ao museu vai conferir desde o nascimento do lendário herói, até sua morte, que segundo o acervo bibliográfico, se deu em São Gabriel, às margens da Sanga da Bica, em 07 de fevereiro de 1756.

A equipe diretiva do Museu Nossa Senhora do Rosário Bom Fim ressalta que a exposição permanece até o fim do mês à disposição da comunidade, sendo que na semana do dia 7 ao dia 14, o museu disponibilizará instrutores para acompanhamento à visitação.

Quem foi Sepé Tiarajú

Foi um chefe indígena dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai (território hoje integrado ao estado do Rio Grande do Sul) que virou herói para seu povo. Em 1750, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, pelo qual Portugal cederia a Colônia do Sacramento (fundada pelos portugueses onde hoje é o Uruguai) à Espanha em troca da região dos Sete Povos. Para concretizar o acordo, os povos guaranis deveriam abandonar as sete aldeias da margem oriental do rio Uruguai.

Induzidos pelos jesuítas, os índios não aceitaram o tratado, e pegaram em armas para defender suas terras. Teve início, assim, a Guerra Guaranítica, que opôs os nativos a tropas espanholas e portuguesas.

O chefe indígena Sepé Tiaraju, líder das forças missioneiras, tinha sido alferes do exército espanhol. Estava habituado ao convívio com os europeus. Seu nome cristão era José. Ele sabia ler e escrever, possuía treinamento militar e exercia grande influência sobre os comandados.

Os guaranis foram conseguindo muitas vitórias, mas no final de 1755 a maré da guerra começou a mudar. A 7 de fevereiro de 1756, após uma série de derrotas, cerca de 1.500 guaranis foram dizimados na batalha de Caiboaté (nas proximidades da cidade gaúcha de São Gabriel). Sepé Tiaraju morreu em combate. A partir desse momento, história e lenda se confundem. O capitão indígena se tornou herói popular. Sua obstinada resistência foi sintetizada numa frase que, provavelmente, ele nunca pronunciou: "Esta terra tem dono".

Como o corpo do bravo guerreiro não foi encontrado no campo de batalha, espalhou-se a crença de que ele subira aos céus. Surgiu, assim, a veneração a São Sepé, um santo não



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

reconhecido pela Igreja Católica, mas que dá nome a um município do Rio Grande do Sul.



Tapioca conquista paladares e entra no cardápio das dietas

SÍTIO ARARAQUARA.COM, 07.02.2014

Quitute das regiões Norte e Nordeste, o beiju ganhou admiradores, novos sabores e as dietas

Oriunda das aldeias indígenas de todo o Norte e Nordeste, a tapioca conquistou o paladar de todos, inclusive esportistas e adeptos de dietas. A partir da tradicional de coco, surgiram novos sabores — salgados e doces, adaptados ao gosto e ingredientes de cada região.

De comida das tribos indígenas e base da alimentação dos escravos no Brasil, os chamados beijos — feitos em folhas de bananeira assada ou cozida — chegaram à alta gastronomia.

“Algumas tribos ainda cozinham a goma e fazem um mingau para alimentar as crianças. Já na nossa sociedade, o beiju é preparado cozido, em formato de ‘tubinho’ e recheado com coco ralado ou assado com manteiga, entre outros sabores”, ressalta o culinaria do Made in Bahia, Rodrigo Cirino dos Santos.

Segundo Santos, a tapioca se tornou destaque na culinária pernambucana como um excelente opção para café da manhã, lanches ou jantar. “Na Bahia, é um dos pratos principais nos restaurantes típicos e cafeterias”, comenta.

Segundo Santos, sua qualidade nutricional e seu sabor incomparável lhe renderam fama. Novos sabores de recheios foram criados, com frango, defumados ou doces.

“Hoje em dia, tapioca é sinônimo de saúde e existem diversas combinações para a harmonia perfeita com o paladar. Os preferidos são frango com catupiry, queijo com presunto e leite condensado com coco ralado”, diz o culinaria.

Alta gastronomia

A tapioca integra o cardápio do chef Paulo Orlando Júnior, do Ancho Premium Beef. Ele conta que a tapioca atraiu sua atenção para a criação de receitas inusitadas e inovadoras, que servem de acompanhamento para pratos sofisticados, como é o caso da tapioca com recheio de palmito e porto bello.

“Acompanha muito bem carne ou peixe. Tapioca com purê de laranja e alecrim é um excelente acompanhamento para carne de porco, como a do Confit (costelinha de porco)”, cita.

Sem glúten e rica em carboidratos

A massa da tapioca vem da fécula da mandioca. Ela passou a fazer parte do cardápio de esportistas e de quem faz dieta por não conter glúten e ser rica em carboidratos. “É uma fonte considerável de energia, que pode ser uma boa substituição para o pão branco”, informa o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

nutricionista André Facchin.

Segundo ele, uma porção de 50 g da massa tem por volta de 68 calorias. Para ele, a escolha do recheio é fundamental. "Podemos colocar atum, tomates secos, frutas, queijos brancos e carnes magras, como peito de peru e frango desfiado. Os doces de frutas e as geleias sem açúcar também estão permitidos."

De acordo com Facchin, por ser prática e de preparo rápido, é uma ótima opção para café da manhã e lanches.



Vozes do Rio Negro: Todos contra PEC 215!

SÍTIO FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO, 07.02.2014

Do Noroeste da Amazônia tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Venezuela para o mundo sobre a luta dos povos indígenas no Brasil.

Todos contra PEC 215, já Brasil!!!

Verás que um filho teu não foge à luta (Hino Nacional Brasileiro)

Estamos juntos em uma data, 7/02/2014, seguindo o calendário oficial da República Federativa do Brasil e conseqüentemente sua noção de tempo que nos fora imposta. Tal noção nós já dominamos e incorporamos ao nosso jeito, sem desrespeito à norma. Inclusive travamos momentos de diálogos, negociações e acordos com instâncias reconhecidas na nossa democracia. Hoje seria um dia de comemoração de acordo com o diário Oficial. No entanto, vemos mais um dia se passar, afinal já são quase 190.000 mil dias desde 1500, sem com que o ataque aos povos indígenas cesse.

Nem todos os brasileiros sabem o que aconteceu e o que está acontecendo com os povos indígenas de direito originário no Brasil do passado, no Brasil de hoje e de futuro. Eis aqui vamos contar para você entender a questão.

No passado fomos 5 a 6 milhões de pessoas, mais de 1.000 línguas e etnias diferentes. Para onde foram estes milhões de pessoas? Saíram para invadir outras terras em outros países? Os que chegaram aqui há bem pouco, já alcançam mais de 190 milhões de pessoas em apenas 5 séculos. E em apenas 5 séculos os povos nativos que aqui habitavam este lugar há milênios, foram reduzidos a menos da metade de um milhão. E as suas terras foram tomadas por completo através de um certo Estado Nacional inventado para dominar povos nativos na face da terra pelos poderoso-invasores. Ai de quem inventou isto na face da terra, por que através dele mataram muita gente, e um certo Deus está cobrando deles explicação sobre isso. E eles mesmos diziam que matar pessoas, seres humanos, era pecado, daí certo que hoje devem estar comemorando resultado de suas ações nas profundezas do inferno criado por eles para eles mesmos que é a pior condenação criada pelo criador para desobedientes.

Quase 2000 anos depois de Cristo, portanto depois de dois milênios, os povos indígenas garantiram seus direitos dentro do Estado Nacional Brasileiro; que em menos de 20 anos depois de 1988, os ruralistas, antigos latifundiários, hoje diretamente através do Estado Nacional Brasileiro no Congresso Nacional se valem para tentar rasgar os princípios da Constituição Brasileira através de emendas constitucionais com argumentos discriminatórios para vergonha nacional de forma cruel; nada estranho porque estão apenas seguindo conselhos de seus pais, avôs, da sua linhagem, de seus costumes que está há cada ano mais

CONT.



perto de acabar com o mundo suas ações resultaram no que é a mudança climática que não terá pena de ninguém, por mais que os ricos tentam construir suas moradas em outros planetas; mas a idade chegará neles e não sabem que não escaparão da morte que os levará ao encontro de seus ancestrais lá no inferno.

É o máximo que desejamos de felicidade para os ruralistas e a outros seus apoiadores e seguidores porque não temos força suficiente para fazer esta terra ter mais longevidade, para que as futuras gerações no planeta-terra pudessem usufruir tempos e mais tempos como viviam nossos antepassados há milênios atrás. Parece que sobre tudo, o que está acontecendo com os povos indígenas no Brasil de hoje tem aval da sociedade Brasileira ou do mundo como todo? Será finalmente o nosso fim tanto desejado pelos inimigos dos povos indígenas no Brasil? Mas não será isso o fim do próprio Brasil que anseia tanto a riqueza, o crescimento, o poder de consumo em uma ansiedade que não deixa as pessoas dormir direito todos os dias preocupados para não serem roubadas as suas riquezas? Será que não sabem que estão perdendo todos os dias as suas riquezas de tranquilidade de serem apenas humanos e cuidarem da terra de fato? E que sua missão é de cuidá-la e não destruí-la? De manejá-la e não desmatá-la? De enriquecê-la e não empobrecê-la?

A história desta terra Brasil não condiz com princípios humanos para com os povos indígenas. Os povos indígenas não têm propriedade e título de terras. As Terras Indígenas são terras da União, são patrimônios da União dentro de política de ordenamento territorial. Ao contrário dos nossos antigos inimigos "latifundiários" hoje com a nova cara, cara refeita certamente com cirurgias plásticas que os maquiaram de "Ruralistas" que possuem 60% de Terras do Brasil como propriedade e parece que querem ter o Brasil inteiro como sua propriedade. Isso não é contra princípio de um Estado Nacional? Foi para isso que conseguiram chegar ao Congresso Nacional? Para mudar todos os direitos das minorias deste país e depois entre si distribuir mais Terras somente em nome de riqueza que destrói a própria terra no mundo?

Serão estas pessoas humanas, restos dos restos humanos no sentido de que são descendentes dos que vieram como bandidos para esta terra que estão destruindo todos os dias e de todas as formas? Será que não se preocupam com sua futura geração? Será que seus filhos não param para pensar e ver o que seus pais estão fazendo é uma crueldade contra seres humanos? Será que não carregam mais cruz no seu peito para lembrar que não são imortais?

Lembramos que 12% das Terras Indígenas são Terras da União, são Terras-patrimônios da União. E que isso é muito pouco que se conquistou depois de muita luta, muitas mortes de vida, depois de tantas perdas de terras originárias e que deve ter rigorosa proteção; que a União tem o dever de se fazer respeitar. Isto se este país ainda for democrático e de direito. Será?

Lembramos também que os 60% de Terras como propriedade e títulos que os Ruralistas têm das Terras Brasileiras, já significa uma ameaça a sociedade Brasileira. É uma ameaça interna que o Brasil não enxerga ou que se faz de cego por causa de interesses particulares que acabam desviando funções pública, governamentais e da coletividade. Uma grande maioria ainda nesta terra não tem espaço para construir uma pequena casa para descansar sua cabeça depois de longas datas de luta no dia-a-dia do trabalho.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

Os chamados ruralistas, antigos latifundiários hoje não passam de uma “peste” que além de estarem em campos, destruindo a floresta, a terra, os rios, lagos, nascentes, estão nos partidos, também nos governos, no congresso, no judiciário, compram direitos, destroem direitos, atacam sem pena aos direitos especiais e das minorias da sociedade Brasileira. E o Governo Federal parece concordar com todo. Ainda existirá Justiça no Brasil dos latifundiários, ou melhor, dos “Ruralistas” para toda sociedade Brasileira?

Os povos indígenas são acusados falsamente década a década de internacionalizar a Amazônia, mas na verdade são Ruralistas que internacionalizam os direitos de alimentação, porque eles não alimentam a população brasileira, eles alimentam outros países com exportação e mais exportação, não se sabe ainda porque não se exportaram que seria melhor para o Brasil; são eles quem tornam as terras brasileiras em particulares. Quando conseguirem transformar tudo em seu benefício, aí o Brasil não será mais um país democrático e de direito.

Os povos indígenas já sofreram bastante, muito e muito, perderam muitas outras etnias na luta pela vida, já perdemos toda nossa terra, e pouco que reconquistamos dentro da própria Constituição, querem retomar o que só temos para nosso usufruto exclusivo, sendo ela mesma no Estado Nacional Brasileiro. Já tiraram de nós todas nossas terras, e já nos causaram desmatamento de nossas florestas, e desmatamento cultural, destruição da natureza, o que mais? E ainda querem mais e mais? Por isso o Brasil não pode aceitar quaisquer medidas legislativas e administrativas que afete negativamente os nossos direitos. Todos contra PEC 215, já Brasil!!!

Queremos nós representantes dos Povos Indígenas do Rio Negro reafirmar nosso compromisso e dever de manter aceso e permanente a luta e que não vai parar; que a luta pela vida continua pelos povos indígenas; que a luta para longevidade da terra continua para todos os filhos da terra, inclusive para os filhos dos nossos inimigos que querem acabar com nossos direitos que restou. Pois ainda mantemos vivo nosso ser de humanidade, nossa herança mais importante deixada pelos nossos ancestrais para com a vida na terra.

VIVA O DIA NACIONAL DA LUTA DOS POVOS INDÍGENAS!!!

Todos contra PEC 215, já Brasil!!!!

São Gabriel da Cachoeira, 07 de Fevereiro de 2014.

Assina os povos indígenas do Rio Negro

Arapaso, Bará, Barasana, Desana, Karapanã, Kotiria (Wanana ou Uanano), Kubeo, Letuana, Makuna, Miriti-tapuya, Pira-tapuya, Pisa-mira, Siriano, Taiwano (Eduria), Tanimuka, Tatuyo, Tukano, Tuyuka, Yuriti; Baniwa, Baré, Kuripako, Tariana, Werekena; Daw, Hupda, Nadöb, Yuhupde, Nukak, Kakwa; Yanomami;



Comunidades indígenas do Baixo e Médio Rio Negro discutem educação escolar indígena

SÍTIO AMAZÔNIA.ORG, 07.02.2014

Palestras e trabalhos em grupo movimentaram os debates em seminário na comunidade de Itapereira. Ênfase foi na importância da transmissão do conhecimento oral para o fortalecimento da educação escolar indígena

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), em parceria com o Instituto Socioambiental (Isa), realizaram, entre 28 e 30 de janeiro último, o seminário de Educação Escolar Indígena. O evento reuniu 13 comunidades indígenas da região do Médio Rio Negro I e II, na comunidade de Itapereira, localizada no limite dos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. Participaram cerca de 70 pessoas das etnias Arapaso, Baré, Baniwa, Carapanã, Cubeo, Desano, Piratapuaia, Tariano, Tukano e Tuyuka, incluindo lideranças das comunidades e das associações indígenas, diretores da Foirn, representantes da Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN) do assessor do Departamento de Assuntos Indígenas, da prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, professores indígenas, pais e alunos.

O seminário faz parte do projeto "Seminários de Educação Escolar Indígena", lançado em 21 de janeiro de 2014, na Casa do Saber da Foirn, no âmbito da política do Território Etnoeducacional e da perspectiva da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), política instituída pelo decreto 7.747, de 5 de junho de 2012.

O projeto tem como objetivo realizar um diagnóstico ampliado e aprofundado sobre a realidade da educação escolar indígena nas cinco regiões administrativas do Rio Negro, além de promover o intercâmbio de experiências, propor melhorias e inovações de infraestrutura, metodologias de ensino, formação de professores indígenas, elaboração de projetos políticos pedagógicos indígenas e, de forma mais ampla, aprofundar a discussão político-filosófica da educação escolar indígena e suas especificidades rio negrinas.

As discussões, durante os três dias de encontro, se pautaram nas temáticas: "Os direitos indígenas no Brasil e políticas de territorialidades do governo federal no Rio Negro"; "A prática da educação indígena e educação escolar indígena", "Pngati na educação escolar indígena do Rio Negro" e apresentações das experiências das escolas Pamáali (Baniwa) e Utaipinopona (Tuyuka). (Veja no final do texto trecho do depoimento do professor Higino Tuyuka e de André Baniwa) Um dos pontos principais nos debates foi a importância, destacada pelas lideranças, no fortalecimento da educação indígena – baseada na transmissão dos conhecimentos orais de pai para filho e da educação escolar indígena como um espaço de produção de conhecimentos indígenas e não indígenas, inserindo o processo de letramento em línguas indígenas e portuguesa e produção de materiais, baseados em pesquisas realizadas nas escolas e comunidades.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

Outro fator considerado imprescindível – durante a apresentação dos diagnósticos das escolas, realizados pelos grupos de trabalho – foi a consolidação da educação escolar indígena do Rio Negro a partir do processo de elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos Indígenas e seu reconhecimento pelos conselhos municipal e estadual de educação.

Além disso, o Território Etnoeducacional do Rio Negro e a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial para as Terras Indígenas (PNGATI) devem atender as especificidades das escolas indígenas na região do Rio Negro, atentando para a infraestrutura escolar, publicação de materiais didáticos a partir das pesquisas indígenas, transporte escolar e merenda escolar localizada.

André Baniwa e Higino Tuyuka dão seus depoimentos

“O Rio Negro já tem mais de 200 anos de contato, mas há milênios nossos ancestrais já estavam aqui. Nós temos que nos reorganizar porque o contato desorganizou a gente. A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro é uma reconstituição das nossas forças, que já existiam no passado. Se a gente pensar nisso as lutas valeram a pena. Muitos já não estão aqui. A gente continua, não só fisicamente, mas também politicamente. Devemos dar continuidade à nossa luta. Que os jovens possam pensar, refletir e dar continuidade à isso. É a nova geração que vai continuar, sempre”. André Baniwa “Temos que planejar o trabalho dentro da PNGATI. Na educação, como vamos inserir essa política dentro do currículo da escola? Por aqui estamos acostumados a receber o prato feito de quem vem de fora. Eu sou desconfiado do sistema de ensino. Como dizem os analistas em educação: o currículo vem do “saber sabido”. Por isso é importante ter esse cuidado, precisa pensar em como inserir essa política. Uma proposta é pensar escola profissionalizante indígena e dentro dessa escola estudar o tema Gestão Ambiental, para que esses jovens e adultos virem técnicos e no futuro cuidem de seu território, trabalhando em sua própria comunidade. E é necessário que esse curso profissionalizante seja implementado de forma rápida e que o currículo seja construído em conjunto com professores, lideranças indígenas e alunos”. Higino Tuyuka

Por: Lirian Ribeiro Monteiro

Fonte: ISA



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

Polícia investiga morte de indígena de 70 anos em Amambai

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 07.02.2014

A Polícia investiga o caso da indígena Maria Franco, 75 anos, encontrada morta por volta das 17h de ontem (6), em uma aldeia na MS-386, na Zona Rural, em Amambai, distante 360 quilômetros de Campo Grande.

De acordo com boletim de ocorrência, a vítima foi encontrada morta por lideranças da aldeia que acionaram a Polícia. Chegando ao local, a mulher estava caída em um matagal na reserva indígena.

Ela não tinha ferimentos de perfuração ou lesão provocada por arma, no entanto, o corpo estava com uma lesão parecida com uma queimadura, no abdome e na face, por ter sido arrastada ao chão.

O caso foi registrado como morte a esclarecer e será investigado pela Polícia Civil do município.



Polícia é chamada para conter manifestação indígena na SEI

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 07.02.2014

CAÍQUE SILVA
Editoria de Cidade

Servidores da Secretaria Estadual do Índio de Roraima (SEI), localizada no Parque Anauá, solicitaram novamente a presença da Polícia Militar depois de suposta ameaça de invasão por parte dos indígenas que permanecem acampados, desde o dia 17 de janeiro, na área externa do prédio, que fica no Parque Anauá. Eles cobram, além da nomeação de indígenas em cargos comissionados, a saída do secretário Chico Roberto.

A Folha conversou com o major Leôncio, que comandava a operação na sede da secretaria. Ele disse que a polícia foi acionada após princípio de tumulto. "Aproveitamos o treinamento dos policiais militares que participam do curso do Grupo de Intervenção Rápida Ostensiva (Giro), que farão parte da ronda patrulha, para que mantivéssemos a ordem no local. Conversamos com as lideranças e conseguimos acalmar os ânimos", disse.

Os indígenas, no momento em que a Folha conversava com a PM, pediam a saída do atual secretário e gritavam palavras de ordem e protestos contra o governador Anchieta Júnior (PSDB). O secretário-geral da Sodiurr (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima), Rondinele Abel Moraes, denunciou que os agentes de polícia chegaram a ameaçar afirmando que utilizariam armas de fogo contra as pessoas do movimento.

"Quando um dos policiais, o mais novo, chegou perto da gente, ele foi logo falando que a 'doze' [arma de fogo] era para nós. Ela já estava preparada. Os argumentos dos policiais eram de que estávamos incomodando as pessoas, mas é importante esclarecer que a única coisa que queremos são os nossos direitos. A secretaria de Índio é para estar nas mãos de índio. Não aceitamos essa imposição do governo e da polícia. Isso não é certo. Não podemos ser ameaçados de levar bala por policiais porque estamos protestando", denunciou.

O presidente da entidade indígena, Lupedro Abel Moraes, chegou a afirmar que a iniciativa de desmobilizar os indígenas partiu de um comando do governador de Roraima. "A única coisa que estamos fazendo é a nossa manifestação. O Anchieta não vai conseguir acabar com o movimento. Só sairemos daqui depois que ele atender as nossas reivindicações e publicar no Diário Oficial a nomeação do secretário", frisou.

Conforme adiantou a Folha, a indicação dos indígenas, para assumir o cargo de secretário da pasta, é o advogado indígena, da etnia Macuxi, Weston Raposo. Ele explicou que existem recursos disponíveis em torno de R\$ 6 milhões, mas que nunca foram investidos em melhorias para os povos indígenas. "Fomos abandonados pelo atual governo", afirmou.

CONT.



Além da saída do secretário e do adjunto, eles querem seletivo para professor indígena. "As pessoas não sabem gerir o recurso que vem para pasta. Estamos enfrentando dificuldades, as estradas estão em péssimas condições, nossas crianças estudam embaixo de árvores, não temos uma agricultura forte. Queremos política justa e igualitária. Precisamos de apoio da secretaria", disse o indígena Dênis de Almeida, da comunidade do Ananais, Amajari.

DENÚNCIAS - Os indígenas relataram, recentemente, à Folha possível abuso de policiais, ainda no final de janeiro, quando agentes chegaram ao local pedindo que deixassem o prédio e, caso resistissem, seriam retirados à força. "Dormimos embaixo de árvores. Fomos impedidos de usar os banheiros da secretaria e aqui temos crianças e idosos. A ação da polícia não vai nos desanimar, afirmamos que só iremos sair daqui quando houver negociação com o governador", disse o indígena Jeferson Ferreira.

Permanecem acampados nos fundos do prédio indígenas das etnias Macuxi, Wapichana, Ingariçó e Yanomami. Eles estão com redes armadas, fogueira, mesas, cadeiras e automóveis que ficam em volta das pessoas que pernoitam no local.



Força Nacional de Segurança deve deixar a cidade Buerarema ainda hoje

SÍTIO PORTAL SUL DA BAHIA, 07.02.2014

Segundo o repórter da Rádio Difusora, Oziel Aragão, há grandes chances da Força Nacional deixar a região de conflito entre índios e produtores, nesta sexta-feira (07). Existe uma determinação Federal para não ser repassada nenhuma informação em relação ao caso.

Cerca de 100 homens (80 PMs e 20 Civis) serão designados para Buerarema. Como, por exemplo, a CIPE/Cacaueira, que já estaria pronta para assumir o trabalho de repressão e patrulhamento em terras de conflitos.

A Força Nacional de Segurança chegou a Buerarema no dia 19 de agosto à pedido do governador Jaques Wagner, para apaziguar os conflitos entre índios e fazendeiros da região. Diversas invasões ocorreram, assim como atos de vandalismo.

Dias antes, numa sexta-feira (16) daquele mesmo mês, durante manifestação dos produtores rurais contra invasões dos indígenas, a agência do Banco do Brasil foi depredada. A loja da Cesta do Povo foi arrombada e os produtos saqueados. Além disso, quatro carros oficiais foram incendiados na BR-101.

O início dos protestos ocorreu após terras de fazendeiros serem invadidas por supostos índios Tupinambás. Os manifestantes interditaram a BR 101 entre Itabuna a Buerarema, na ocasião, deixando a pista sem movimento de carros ou caminhões, por mais de 16 horas.

De acordo com Oziel, a região pode viver um verdadeiro caos, já que os índios não respeitam outra autoridade que não seja Federal. Além disso, a própria Polícia Militar, não tem, ou pelo menos, não tinha, autonomia para prender invasores.



Índios da etnia Tenharim presos em Porto Velho são transferidos
SÍTIO O NORTÃO, 07.02.2014

Eles são suspeitos do assassinato de três homens no Sul do Amazonas. Indígenas estão presos desde o dia 30 de janeiro na capital de Rondônia.

Os cinco índios da etnia Tenharim presos suspeitos do assassinato de três homens que estavam desaparecidos desde dezembro de 2013, foram transferidos da Penitenciária Estadual Edvan Mariano Rosendo (Panda) para o Centro de Ressocialização Vale do Guaporé, em Porto Velho. Os indígenas estão presos desde o dia 30 de janeiro.

A transferência aconteceu por determinação judicial, na noite de terça-feira (4). Os cinco estão divididos em duas celas, onde devem permanecer até a conclusão do inquérito que apura a morte de Luciano Freire, Aldeney Salvador e Stef Pinheiro.

As prisões dos índios aconteceram durante uma operação que teve participação de 400 homens da Polícia Federal, Exército, Força Nacional e Polícia Rodoviária Federal (PRF). Na segunda-feira (3) os corpos de três homens foram encontrados lado a lado em uma cova dentro da reserva indígena. A confirmação de que eram os três homens aconteceu depois que as famílias das vítimas fizeram o reconhecimento pelas roupas que usavam.

As investigações percorreram aproximadamente 250 hectares e peças do veículo usado pelos desaparecidos foram encontradas dentro da terra indígena. Além disso, foram usados cães farejadores, testemunhas indígenas e não-indígenas foram ouvidas e perícias técnicas foram realizadas nas peças encontradas.

Conflito na região

O desaparecimento dos três homens gerou revolta na população dos municípios de Humaitá, Apuí e no distrito de Santo Antônio do Matupi.

Moradores dos municípios de Apuí e Humaitá promoveram diversos protestos no dia 25 de dezembro do ano passado para cobrar agilidade da PF-RO nas buscas pelos desaparecidos. Os manifestantes chegaram a atear fogo em carros, barcos e nas sedes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e antigas instalações da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Humaitá. No dia seguinte, policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Amazonas seguiram para o município.

Após os ataques, 143 indígenas foram abrigados no 54º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), em Humaitá. A Justiça atendeu ação do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) e os índios retornaram às aldeias seis dias depois com a escolta do Exército.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

Apesar do reforço policial, o Sul do estado continuou registrando conflitos. Um grupo de madeireiros e fazendeiros ateou fogo em casas localizadas em uma aldeia indígena situada na área do município de Manicoré.

A região recebeu mais reforço da Polícia Federal e homens da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) auxiliaram nas ações de segurança pública desencadeadas no Amazonas no mesmo período. O Exército e Polícia Rodoviária Federal (PRF) também apoiam as ações na região. Cerca de 500 homens atuam nas operações.

SSP aumenta efetivo para atuar em Buerarema

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 07.02.2014



O secretário de Segurança Pública da Bahia, Maurício Barbosa, anunciou nesta quinta-feira (6), durante reunião, que um efetivo de 80 policiais militares e 20 civis dará apoio à realização de blitz para apreensão de armas de fogo, veículos irregulares e entorpecentes no município de Buerarema, no sul do estado.

No final do último mês, índios da tribo tupinambá e homens da Força Nacional de Segurança trocaram tiros em uma área de terras na zona rural de Buerarema. Os indígenas ocupam fazendas da região desde o ano passado, com a alegação de que as terras pertenciam aos seus ancestrais. "As ações de inteligência no sul do estado também serão ampliadas com o objetivo de evitar novos conflitos", afirmou. Participaram ainda da reunião o diretor da Força Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Alexandre Aragón, o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Alfredo Castro, e os delegados da Polícia Federal César Martinez e Marcus Vinícius de França Moreira, entre outras autoridades.



Funai deflagra hoje ação contra garimpeiros

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 07.02.2014

Centenas de mineradores se instalaram no rio Uraricoera, em área de difícil acesso dentro da Terra Indígena Ianomâmi

Desde junho do ano passado, invasores ocupam uma base de vigilância instalada pela própria Funai

LEÃO SERVA
COLUNISTA DA FOLHA

A Funai inicia hoje mais uma operação de combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Ianomâmi, em Roraima. Nos últimos dias a entidade foi surpreendida pela presença de centenas de garimpeiros em balsas no Alto Uraricoera, afluente do rio Branco.

A nova onda de garimpo coincidiu com a ocupação, na virada do ano, de uma base de vigilância que a Funai tinha instalado em junho passado, para que viesse a ser ocupada pela Polícia Federal. A ocupação da base, no médio Uraricoera, franqueou o caminho aos mineradores.

A região onde estão as balsas é área de difícil acesso, parece ter sido escolhida tanto por ser rica em ouro quanto pela dificuldade para a repressão: é região entre duas serras, sem pistas de pouso aptas a receber aviões oficiais; e o rio tem muitas cachoeiras que dificultam a navegação.

Funcionários da Funai e do Bope, tropa de elite da Polícia Militar de Roraima, devem chegar às áreas de garimpo hoje, mas ao contrário das incursões mais recentes, em 2013 e em 2012, em que a polícia e o Exército permaneceram pouco tempo, a presença de agentes públicos deve se estender por cerca de um mês, preparando o terreno para a instalação da Polícia Federal na base invadida.

No último dia 29, durante sobrevoo na região do Uraricoera para visitar postos de saúde que os índios dizem estar sucateados, a Folha fotografou 21 balsas com as quais os garimpeiros dragam o fundo do rio em busca de ouro.

Cada balsa emprega em torno de 15 trabalhadores, aos quais se juntam cozinheiras e seguranças. Ao todo devem estar trabalhando na região cerca de 300 a 400 garimpeiros, segundo estima o coordenador da Frente de Proteção de Índios Isolados da Funai em Roraima, João Catalano.

Outro ponto foi detectado a cerca de 20 km dessa área, na região de Homoxi. Ali está um grande garimpo de barranco, com estrutura maior, e antena parabólica; segundo a Funai, deve

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

empregar cerca de 40 pessoas. Em vez de dragar o fundo do rio, jatos de água são usados para desfazer barrancos de terra firme. A água barrenta é peneirada para buscar traços de ouro, purificados com o uso de mercúrio, metal tóxico.

Este acampamento é mais problemático porque está localizado a apenas 15 km do último grupo ianomâmi que vive completamente isolado.

Em 2012 a Polícia Federal realizou grande operação de combate ao garimpo, que indiciou 34 pessoas. Desde então PF e Funai trabalhavam com a ideia de que o garimpo estivesse restrito a uma presença marginal. A invasão da base nos feriados de Ano Novo e a presença surpreendente são sinais de força renovada da mineração ilegal.

O colunista Leão Serva viajou em avião contratado pela Funai



Termina nesta sexta (7) prazo para famílias irregulares em terra indígena Awá-Guajá no MA se cadastrarem no Incra
SÍTIO SUA CIDADE, 07.02.2014

Termina nesta terça-feira (7) o prazo para 465 famílias irregulares em território indígena Awá-Guajá se cadastrarem no Incra e terem direito a nova moradia. No dia 13 será iniciado processo de retirada de não índios das terras localizadas nas cidades de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé doca.

Além de nova moradia, o cadastro dá direito a benefícios como programas sociais federais.

Na semana passada representantes do poder judiciário, Incra, Funai e associações de trabalhadores se reuniram na 5ª Vara da Justiça Federal, Areinha e ficou determinado que o prazo de cadastramento no Incra termina nesta sexta (7) de fevereiro. A decisão foi emitida no último dia 16 de dezembro pelo juiz José Carlos do Vale Madeira.

A Força Nacional vai realizar ações de segurança pública para retirada de não índios da reserva indígena. Os homens da Força Nacional devem permanecer no local por um período de 90 dias, a contar da data de publicação da portaria, para atuar em ações de polícia ostensiva e que mantenham a integridade física das pessoas e do patrimônio.

A atuação e o número de policiais a ser disponibilizado vai obedecer ao planejamento conjunto entre os órgãos envolvidos. O texto prevê ainda que o prazo para a permanência da Força Nacional no Maranhão poderá ser prorrogado se houver necessidade. Em São João do Caru foi montada uma base de operações do Exército para o cumprimento da ação de desintrusão.

7 de fevereiro: Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.02.2014



LEI Nº 11.696, DE 12 DE JUNHO DE 2008

(http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.696-2008?OpenDocument)

Foto: Ruy Sposati



Nota de Esclarecimento da Reitora da UFAM sobre estudantes Tenharim e Recomendação do MPF

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.02.2014

Recebemos, como comentário já liberado, a Nota de Esclarecimento abaixo, enviada pela Reitora da UFAM com referência à notícia citada na primeira linha, reproduzida a partir de publicação de um blog local (como está devidamente informado logo na abertura). A Nota menciona seis documentos anexos, que não recebemos mas supomos tenham sido divulgados ontem mesmo para o corpo discente da Universidade, assim como para a imprensa local, diretamente interessados no assunto e cobrando precisamente essas informações. (TP).

Universidade Federal do Amazonas
Nota de Esclarecimento

Considerando o post deste Blog intitulado "Reitora ignora Recomendação do MPF e UFAM não recebe universitários indígenas do sul do Amazonas", a reitora da Universidade Federal do Amazonas, doutora Márcia Perales Mendes Silva, esclarece o seguinte:

Ciente dos conflitos existentes em áreas dos povos das etnias Tenharim e Jiagui, nos municípios de Humaitá e Manicoré, esta Reitoria determinou, no dia 21 de janeiro de 2014, a expedição do Ofício 048/2014 (Documento 1 em anexo) para o Diretor do Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente, professor Milton César Campos, solicitando uma averiguação para indicar se algum aluno daquele instituto estava sendo privado do seu direito de ir e vir para frequentar com regularidade as aulas na Ufam/IEAA para que, se fosse o caso, fossem adotadas as providências cabíveis.

No dia 22 de janeiro, a Ufam recebeu, oficialmente, conforme se confere no documento 2, em anexo, a Recomendação 02/2014 do 5º Ofício Cível da Procuradoria da República no Amazonas (documento 3 em anexo), a qual determinou que "a Ufam adotasse, no prazo de 10 dias, todas as medidas necessárias para garantir que os estudantes indígenas de Humaitá, Manicoré e Apuí, que frequentam seus cursos, não sofressem qualquer prejuízo em decorrência dos conflitos e ameaças existentes na região.

Embora a Recomendação da Procuradoria da República seja datada de 21 de janeiro de 2014, é de fácil apreensão que, se a documentação foi recebida oficialmente no dia 22, esta reitoria, no mínimo, adiantou-se à recomendação ministerial no que tange à adoção de providências, mostrando-se atenta a uma notória problemática numa região em que a Ufam mantém uma unidade acadêmica não agindo somente após provocação ou recomendação de órgãos fiscalizadores de cumprimentos legais.

Tais argumentações já demonstram quão improcedentes estão as informações divulgadas por este Blog. Para acentuar ainda mais a inconsistência do conteúdo divulgado, esta reitora

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 24./ 2014

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

declara que, no dia 22 de janeiro, encaminhou o Ofício CG 0014/2014 ao Procurador da República Julio José Araújo Júnior em resposta à recomendação 02/2014, informando o acatamento da mesma e as providências já adotadas, conforme se pode conferir no documento 4, em anexo.

No dia 27 de janeiro de 2014, o professor Milton César Campos encaminhou ao gabinete desta reitoria o Ofício 030/2014 – IEAA/ Humaitá – Ufam, documento 5, em anexo, o qual, em resumo, informa que, após o levantamento, constatou que atualmente 9 discentes declaram-se indígenas, sendo 4 discentes do curso de Agronomia; 3 de Engenharia Ambiental; 1 de Pedagogia e 1 de Biologia e Química, sendo que apenas 3 não estavam frequentando as aulas desde 6 de janeiro de 2014.

Em seguida, no dia 31 de janeiro, esta reitoria solicitou ao diretor do Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente, através do Ofício 059/2014 (documento 6, em anexo), a elaboração de um Plano de Trabalho Especial para assegurar a frequência regular dos referidos alunos. Tal Plano está em fase de elaboração pelo Instituto.

Ressalte-se que tais encaminhamentos demonstram quão inverídicas são as informações postadas, as quais intencionam, por motivos desconhecidos, macular a credibilidade da Universidade Federal do Amazonas, pela qual todos os docentes, servidores, alunos e demais integrantes da sociedade têm o dever de zelar, não colocando interesses pessoais acima do interesse público.

Por fim, assegura-se que tais veiculações desonrosas não ficarão impunes.

Márcia Perales Mendes Silva
Reitora da Universidade Federal do Amazonas



RJ: Mesa Quilombola aprova mobilização pela regularização da comunidade de Santana

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.02.2014

INCRA – O segundo encontro da Mesa Permanente Quilombola do Incra-RJ, realizado nesta terça-feira (04), teve entre as suas deliberações a realização de uma campanha em defesa da regularização do território da comunidade quilombola de Santana, localizada no município de Quatis, na região Sul Fluminense.

O caso será julgado pelo Tribunal Regional Federal da Segunda Região, que abrange os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, após o juiz da primeira instância, em Resende(RJ), ter rejeitado as ações de desapropriação do Incra por considerar inconstitucional o Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta a regularização dos territórios quilombolas.

O resultado poderá valer para todos os processos de regularização de territórios quilombolas dos dois estados até que o Supremo Tribunal Federal conclua o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3239, defendida pelo Partido Democratas (DEM), que pede a inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003. O texto legal regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O julgamento do STF foi suspenso por tempo indeterminado em abril de 2012.

“O que está em jogo neste julgamento não é apenas a regularização do território de Santana, mas a continuidade da política quilombola do Incra dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo” afirmou o superintendente regional do Incra-RJ, Gustavo Souto de Noronha. Ele também informou que já convidou o superintendente do Incra do Espírito Santo, Cândido José Rezende, para participar da ação aprovada na Mesa Quilombola do RJ.

Santana

A Comunidade Quilombola de Santana, localizada no município de Quatis, na região Sul Fluminense, tem um território reconhecido de 722 hectares com 28 famílias identificadas pelo Incra, cujos teriam sido escravos. As suas principais tradições culturais são as cantigas do jongo e prática da medicina alternativa, que vêm sendo transmitidas, elaboradas e mantidas pela comunidade há mais de um século.

Participaram do segundo encontro da Mesa Quilombola, além do superintendente e servidores do Incra-RJ, representantes da Delegacia Regional do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representantes dos quilombos Santana e dos representantes da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) no estado do Rio de Janeiro.

Enviada para combate racismo Ambiental por Mayron Borges.



Figueiró quer respostas do governo sobre conflitos agrários no MS

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 07.02.2014

Em pronunciamento nesta sexta-feira (7), o senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) voltou a cobrar uma solução do governo federal para os conflitos agrários envolvendo índios e fazendeiros no Mato Grosso do Sul. Segundo o parlamentar, que apresentou requerimento solicitando informações ao Ministério da Justiça sobre o processo de indenização aos proprietários da fazenda Buriti, no município de Sidrolândia, a omissão da Funai é uma das razões para a longevidade do problema.

— Propriedades privadas foram invadidas e esbulhadas por indígenas, isso por influência danosa de ONGs de diversos matizes políticos e religiosos e, pasmem, com ação e omissão da Funai – disse Figueiró.

A fazenda em questão foi ocupada por comunidades indígenas, que reivindicam a área para ser transformada em reserva. Conforme o senador, os conflitos entre agricultores e indígenas se repetem em pelo menos outras 80 áreas no Mato Grosso do Sul.

Taquari

Figueiró também pediu que o governo federal libere mais recursos para a obra de dragagem do Rio Taquari. O assoreamento do rio – que faz parte da Bacia do Alto Rio Paraguai – é considerado um dos maiores desastres ambientais do país e pode trazer sérios riscos ao Pantanal, segundo o senador.

— A solução é fazer a dragagem do rio. Trata-se de um projeto que demandará recursos expressivos, mas que são necessários para salvar um dos ecossistemas mais importantes do planeta. Vamos continuar lutando para sensibilizar o governo federal a fazer investimentos necessários neste projeto — disse o senador.

Gás

Figueiró ainda reivindicou a instalação de uma separadora de gás no Mato Grosso do Sul. De acordo com o parlamentar, o gasoduto Brasil/Bolívia, que atravessa cerca de 600 km do território do estado, transporta atualmente cerca de 30 milhões de metros cúbicos de gás até estados do Sul e Sudeste, sem que haja aproveitamento residual no Centro-Oeste.

— A construção de uma separadora de gás em território sul-mato-grossense, é vital para o meu estado, o Mato Grosso do Sul, e também, para o Mato Grosso, para Goiás, e até para atender à população do Distrito Federal — assinalou.

Da Redação